

# **As pessoas, o ambiente e a democracia antes do lucro e dos direitos dos acionistas**

Declaração conjunta de grupos da sociedade civil europeia, em ação  
contra a ameaça da TTIP  
Maio de 2014

## **1. Quem somos?**

Somos uma coligação, à escala da UE, de organizações da sociedade civil que partilham uma profunda preocupação pelas várias ameaças decorrentes da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP, também conhecida como Acordo Transatlântico de Comércio Livre ou TAFTA). Representamos uma ampla gama de interesses públicos, entre os quais: **proteção ambiental, saúde pública, agricultura, direitos dos consumidores, proteção das normas alimentares e agrícolas, bem-estar dos animais, normas sociais e laborais, direitos dos trabalhadores, desenvolvimento, acesso do público à informação, direitos digitais, serviços públicos essenciais (incluindo educação), estabilidade dos sistemas financeiros e outros.**

Estamos firmemente decididos a pôr em causa as negociações em curso com vista à TTIP, a fim de assegurar um debate político transparente e democrático. Quaisquer acordos devem servir o interesse público e o nosso futuro comum.

## **2. O que é a TTIP?**

A TTIP é um acordo de grande alcance que está a ser negociado entre a Comissão Europeia (em nome dos Estados-Membros da UE) e o governo dos Estados Unidos da América. Tem pouco a ver com comércio, porquanto as tarifas são já, geralmente, bastante baixas entre a União Europeia e os EUA, e sobretudo a ver com regulamentações, normas, direitos empresariais e garantias de investimento.

A TTIP proposta visa, supostamente, facilitar o investimento direto e eliminar barreiras burocráticas desnecessárias no acesso das grandes empresas de ambos os lados do Atlântico ao mercado.

Há, contudo, indícios, a partir das posições de empresas e da indústria, que revelam que a tónica nas barreiras não-tarifárias e na convergência regulamentar está a ser utilizada para impulsionar uma desregulamentação, garantias de investimento acrescidas, direitos de propriedade intelectual que levam à criação de monopólios e um mergulho para o fundo. Os benefícios económicos proclamados (mas não substanciados) são marginais para a sociedade em geral, mesmo no melhor cenário hipotético. Todos os sinais até à data indicam que estes objetivos ameaçam importantes direitos, adquiridos em longas lutas democráticas, e os interesses sociais do público, na UE, nos Estados Unidos e no resto do mundo.

As negociações decorrem à porta fechada, sem uma consulta pública abrangente e efetiva. Os parlamentos nacionais nem sequer são informados em pormenor sobre os textos de negociação da Comissão — mas os raros fragmentos de informação que se divulgam (ou que se escapam) suscitam inquietações consideráveis.

## **3. O que nos preocupa?**

- **A falta de transparência e de procedimentos democráticos**, que impossibilita aos cidadãos e à sociedade civil acompanharem as negociações a fim de assegurar a proteção dos interesses públicos. Neste momento, as negociações pecam extremamente por parcialidade: os lóbis empresariais recebem acesso privilegiado à informação e oportunidades para influenciar as negociações.

- **O proposto capítulo de proteção do investimento**, com destaque para a inclusão da chamada cláusula ISDS (resolução de litígios entre os investidores e o Estado). Os mecanismos da **ISDS** darão aos investidores direitos exclusivos para processarem os Estados quando considerarem que decisões democráticas — tomadas por instituições públicas no interesse público — têm impactos negativos nos lucros por eles previstos. Estes mecanismos baseiam-se em acórdãos exteriores aos tribunais nacionais e, desse modo, sabotam os nossos sistemas jurídicos (a nível nacional e a nível da UE), as nossas estruturas democráticas para a formulação de leis e políticas no interesse público.
- **A criação de novas estruturas e procedimentos antidemocráticos de governação** que visam «harmonizar regulamentações», como o proposto **Conselho de Cooperação Regulamentar**. Estas estruturas não democráticas tornariam a TTIP um alvo em movimento, constantemente transformado em segredo por burocratas não eleitos e grandes interesses económicos. Ameaçam rebaixar importantes normas e regras relativas à proteção dos interesses públicos ou proibir futuros aperfeiçoamentos dessas normas e regras, independentemente da necessidade e do mandato do público. Preocupa-nos também o objetivo de reforçar a proteção e a aplicação dos «direitos de propriedade intelectual», que poderão dificultar os nossos direitos à saúde, à cultura, à educação e à livre expressão.

#### **4. As nossas exigências e objetivos comuns:**

Com base nos valores de solidariedade internacional, justiça social e sustentabilidade ambiental e no respeito de todos os direitos humanos, agimos em conjunto com os nossos aliados nos Estados Unidos e noutras partes do mundo e **exigimos**:

a) **Transparência já**: os textos da Comissão Europeia para as negociações, bem como todos os documentos de negociação, devem ser tornados públicos, para permitir um debate público aberto e crítico sobre a TTIP.

b) **Um processo democrático**, incluindo escrutínio e avaliação dos textos de negociação, para assegurar que as políticas são no interesse público; envolvimento do Parlamento Europeu; debate nos parlamentos nacionais, nas organizações da sociedade civil, nos sindicatos e nas partes interessadas.

c) **Não à ISDS**: qualquer disposição que contenha mecanismos de resolução de litígios entre investidores e Estado deve ser excluída permanentemente das negociações, sem introdução de nenhum outro mecanismo que conceda direitos privilegiados aos investidores (mesmo indiretamente, através de outros acordos de comércio preexistentes ou subsequentes).

d) **Não ao Conselho de Cooperação Regulamentar**: a regulamentação das operações empresariais, as condições de comércio e o estabelecimento de normas relativas aos produtos e à produção devem ficar totalmente nas mãos de órgãos e processos democraticamente controlados.

e) **Não à desregulamentação de normas** que salvaguardam e servem o interesse público: o nível das normas sociais e laborais, da proteção dos consumidores e da saúde pública, dos cuidados pelo ambiente (incluindo a regeneração dos nossos recursos naturais), do bem-estar dos animais, das normas de segurança alimentar e práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis, do acesso à informação e rotulagem, cultura e medicina, de regulamentação do mercado financeiro e de proteção de dados e outros direitos digitais **tem de ser reforçado**, não «harmonizado» até ao menor denominador comum. O reconhecimento mútuo não é aceitável, na medida em que sabote normas e salvaguardas democraticamente acordadas. O princípio da precaução deve ser amplamente aplicado.

f) **Não ao prosseguimento da desregulamentação e da privatização de serviços públicos**. Exigimos acesso garantido a educação, cuidados de saúde e outros serviços

públicos de alta qualidade, bem como uma política de adjudicações públicas que promova o emprego, as economias e as capacidades locais, a discriminação positiva, o empreendedorismo social e a economia sustentável e sirva o interesse público.

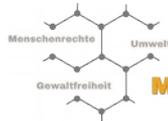
g) **Promoção de práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis** e proteção da pequena agricultura familiar.

h) **A manutenção pelas autoridades públicas do poder político** e das estruturas necessárias para proteger determinados setores sensíveis e salvaguardar normas importantes para a nossa qualidade de vida. As normas laborais e ambientais internacionalmente acordadas devem ser respeitadas e postas em prática. A contínua violação das normas laborais tem de ser alvo da imposição de coimas monetárias.

Quaisquer acordos de comércio UE-EUA, agora ou no futuro, têm de cumprir estas exigências, seguir estes princípios e promover a cooperação, a justiça social e a sustentabilidade ecológica.

Assinatura:





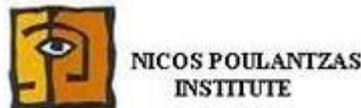
MENSCHENRECHTE 3000 e.V.



Slow Food®



ÄRZTINNEN UND ÄRZTE FÜR EINE GESUNDE UMWELT





11.11.11, Belgium

Action For Breast Cancer Foundation, Malta

Africa Contact, Denmark

Africa Europe Faith and Justice Network (AEFJN)

Aitec-IPAM, France

aktion / arbeitsunrecht, Germany

Aktion Selbstbesteuerung e.V., Germany

APRODEV - Association of World Council of Churches related Development Organisations in Europe

aquattac, Europe-wide

Arbeitsgemeinschaft bäuerliche Landwirtschaft - AbL, Germany

ARC 2020 (Convention agricole et rurale 2020), Belgium

ÄrztInnen für eine gesunde Umwelt (AeGU, ISDE), Austria

ASEED Europe, Netherlands

Association d'Amitié Franco Vietnamienne, Comité de Choisy le Roi - Val de Marne, France

Attac Austria

ATTAC-DenmarkAttac Finland

Attac France

Attac Germany

Attac Iceland

Attac Ireland

ATTAC SPAIN

Attac Sweden

ATTAC VLAANDEREN, Netherlands

ATTAC Wallonie-Bruxelles, Belgium

Austrian Federal Chamber of Labour

Austrian Trade Union Federation

BI Fracking freies Hessen, Germany

BI lebenswertes Korbach e.V., Germany

Both ENDS, the Netherlands

Campact e.V., Germany

CEE Bankwatch Network

Center for Encounter and Active Non-Violence, Austria

La CGT, France

Colibri, Germany

Collectif citoyen les Engraineurs, France

Collectif contre le grand marché transatlantique - Stop TAFTA, France

Collectif des Associations Citoyennes, France

Collectif Roosevelt, France

Compassion in World Farming, Europe-wide

Corporate Europe Observatory (CEO), Belgium

Dachverband Entwicklungspolitik Baden-Württemberg (DEAB), Germany

Eco Ruralis, Romania

Ecologistas en Acción, Spain  
Educación para la Acción Crítica-EdPAC. Spain  
Ein Welt Forum Freiburg, Germany  
European Attac Network (EAN)  
European Coordination Via Campesina (ECVC)  
European Environmental Bureau  
European Federation of Journalists  
The European Public Health Alliance, Europe-wide  
European Water Movement  
Farms not Factories, UK  
Fairwatch, Italy  
Fondation Sciences Citoyennes, France  
Food & Water Europe  
Fracking Free Ireland  
Freedom Fight Info, Serbia  
Friends of the Earth Europe  
Friends of the Earth Spain  
GAIA - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, Portugal  
Générations Futures, France  
German League for Nature and Environment (Deutscher Naturschutzring - DNR)  
German NGO Forum on Environment and Development, Germany  
GLOBAL 2000 - Friends of the Earth Austria  
Global Marshall Plan Initiative, Europe-wide  
GMO Information Center ("InfOMG"), Romania  
Golias Hebdo et Golias Magazine, France  
Greenpeace  
The Health and Environment Alliance (HEAL), Belgium  
Heaven or sHell, Sweden  
IBFAN Europe  
IBFAN Georgian Group  
Ibfan Italia  
Initiativ Liewensufank, Luxembourg  
INKOTA-netzwerk, Germany  
Institute for sustainable development, Slovenia  
Irish Doctors Environmental Association, Ireland  
Keep Ireland Fracking Free, Ireland  
Kein Patent auf Leben! ("No Patents on Life!"), Germany  
LEF - FGE, Belgium  
Limerick Earth Day Network, Ireland  
Local Urban Development European Network (LUDEN), Belgium  
Mehr Demokratie, Germany  
MENSCHENRECHTE 3000 e.V. (Human Rights 3000), Germany  
MIM Moral in Motion, the Netherlands  
Naturefriends International  
NaturFreunde Deutschlands, Germany  
Nicos Poulantzas Institute, Greece  
NOAH - Friends of the Earth Denmark  
ÖBV-Via Campesina Austria

Platform aarde Boer consument, The Netherlands  
Pokret za slobodu, Serbia  
Portmarnock Community Association, Beach committee, Ireland  
PowerShift, Germany  
PROVIEH - Verein gegen tierquälereische Massentierhaltung e.V., Germany  
Quercus – National Association for Nature Conservation, Portugal  
La Quadrature du Net, France  
Romania Fara Ei, Romania  
Schaliegasvrij Nederland, The Netherlands  
Service Civil International  
Slow Food Germany  
Slow Food International  
SOLIDARITÉ, France  
SOMO, the Netherlands  
StopTTIP UK  
SÜDWIND, Austria  
Transnational Institute  
Transport & Environment, Belgium  
Umweltinstitut München e.V., Germany  
Unión Sindical Obrera (USO), Spain  
UNISON, UKVédegylet Egyesület, Hungary  
War on Want, UK  
WEED – World Economy, Ecology & Development, Germany  
Wemos, the Netherlands  
Women in Europe for a Common Future, France , Germany, The Netherlands  
Women's International League for Peace and Freedom Holland  
World Development Movement, UK  
Workinggroup Food Justice, The Netherlands  
X minus Y Solidarity Fund, The Netherlands